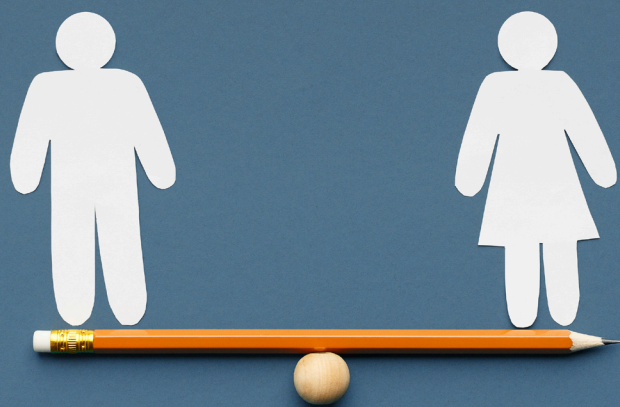


INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I58 Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo /
Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-261-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.613211607>

1. Gênero sexual. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti,
Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Título.
CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Produzir e difundir conhecimentos: Lentes de gênero e olhares multifacetados

Uma das muitas tarefas de mais simples execução é continuar a reunir exemplos empíricos de como a análise de gênero transformou a teoria e a prática em subcampos específicos da ciência. (SCHIEBINGER, 2001, p. 17).

Nos diversos campos de atuação – político, social, econômico e jurídico – a questão de gênero tem sido tratada e traz contribuições nas vivências e nas experiências de organizações governamentais e não-governamentais, destacadas nas agendas acadêmicas e na elaboração de políticas públicas, bem como em atividades cotidianas e de modos de produzir a vida.

Muito se registra no âmbito dos estudos de gênero, invocando e realizando mudanças metodológicas e epistemológicas significativas. Exigem rigor, apoio comunitário e social, transformações nas mentalidades e criação de espaços de fomentos. Por conseguinte, exigem concomitantemente maior destaque à inovação e à criatividade, seja de equipes ou pesquisadoras/es individualizados. Portanto, não só produzir, mas circular, difundir e educar amplamente.

O eixo temático escolhido para essa coletânea aproveita contribuições e análises interseccionais tanto para o campo da inovação social e organizacional quanto das tecnologias a partir do uso de lentes de gênero para promover relações mais igualitárias e ações inovadoras. Novas direções e novas dimensões são incorporadas no desenvolvimento técnico-acadêmico, impactando em linguagens, metodologias e estudos concretos.

Com capítulos que perfazem interdisciplinaridade e diversidade geográfica de uma país continental, “Inovação e Gênero” assinala níveis de estudos sobre participação das mulheres e de pessoas LGBTQIA+ nas ciências, em suas expressões mais variadas. Matizando e disponibilizando dados empíricos e interpretações, vertentes metodológicas múltiplas, além de elencar a relevância de estabelecer indicadores sobre relações de gênero são encontradas nos textos autorais.

Londa Schiebinger (2020) assinala que desenvolvimento e inovação podem significar impactos sociais e econômicos. Deste modo, as inovações com perspectivas de gênero, podem agregar valor à pesquisa e às ciências, garantindo fatores de excelência (Schiebinger, 2008). Ademais, de qualidade nos resultados e aprimoramento rumo à sustentabilidade, podem impactar nas dinâmicas sociais, tornando processos educativos e de promoção de igualdade de maneira a atender também às necessidades sociais.

Como exemplos de pesquisas mais recentes, essa obra traz descrições e análises sobre criação de sistema de acesso à justiça, uso de plataformas digitais promovendo candidaturas e elaboração de projetos de impactos sociais, mapeamento de contribuições dentro das Ciências Sociais e Humanas no que se refere à divisão sexual do trabalho

e possíveis impactos em categorias relações como família, organizações econômicas e produção local; condições de vida e trabalho no combate às desigualdades, valorizando associações comunitárias e experiências empreendedoras, leituras ensaísticas sobre corpos, sexualidades e liberdades.

Inovações técnico-científicas, em pleno século XXI, já ganham nomeações envolvendo mulheres e gênero. São pequenos passos, relevantes na visibilidade, nas esferas científicas e tecnológicas, mas também apontam decisões políticas e de agendas educativas que promovem e incentivem maior participação (não só a política de presença e representatividade), mas de acessibilidade integral.

Boa leitura e que possamos promover maiores impactos tecnológicos e sociais,

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti








REFERÊNCIAS





SCHIEBINGER, L. & KLINGE, I. Gendered Innovations: How Inclusive Analysis Contributes to Research and Innovation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2020.

SCHIEBINGER, L. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Apresentação de Maria Margaret Lopes. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, p.269-281. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/LZcRqYbsQR4cxYkgfCGyjyr/?lang=pt>

SCHIEBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VIOLÊNCIAS SOBREPOSTAS NA PANDEMIA: O MACHISMO QUE MATA, AS AGENDAS E OS ENFRENTAMENTOS NO BRASIL	
Márcia Regina Ribeiro Teixeira Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116071	
CAPÍTULO 2	15
FEMINICÍDIO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A PANDEMIA DO COVID -19	
Natalia Battini Simões Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116072	
CAPÍTULO 3	24
#MÃESNAPOLÍTICA: CANDIDATAS ÀS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL	
Renata Garcia Senlle	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116073	
CAPÍTULO 4	36
A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DE LEITURAS CLÁSSICAS DO SÉCULO XIX	
Bárbara Maria de Lana Luiz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116074	
CAPÍTULO 5	45
RELATO DE EXPERIÊNCIA: DESIGUALDADE DE GÊNERO RELACIONADA AO TRABALHO	
Isabela Ovídio Ramos Saygra Batista Sousa Bruna Alves Pelizon Álvaro Augusto Trigo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116075	
CAPÍTULO 6	51
QUEM TRAZ NO CORPO ESSA MARCA POSSUI A ESTRANHA MANIA DE TER FÉ NA VIDA: RELATO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DA CIDADE DE ITAPERUNA-RJ	
Josélia Rita da Silva Rafael Soares Salles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116076	
CAPÍTULO 7	62
ANÁLISE CONTEMPORÂNEA SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 70	
Bárbara Maria de Lana Luiz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116077	

CAPÍTULO 8	71
CORPOS, SEXO E GÊNERO EM FACE DO DUALISMO NATUREZA/CULTURA	
Mariana Fernandes Oliveira Varão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116078	
CAPÍTULO 9	82
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DA POPULAÇÃO LGBT E SUA (IN)APLICABILIDADE AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
Fernanda Xavier de Souza	
Marcia Schlemper Wernke	
Camila Stefanos Oselame	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116079	
CAPÍTULO 10	94
HETERONORMATIZAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE	
Maria Paula Alves Faria	
Yanny Ferreira da Silveira	
Rodrigo Guilherme Tomaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61321160710	
CAPÍTULO 11	103
O LOCAL FRENTE AO GLOBAL DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS REGIONAIS PELAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPES)	
Rodrigo Parras	
Rodrigo Ribeiro de Paiva	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61321160711	
SOBRE A ORGANIZADORA	120
ÍNDICE REMISSIVO	121

CAPÍTULO 10

HETERONORMATIZAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 04/06/2021

Maria Paula Alves Faria

Pós-graduanda em Direito LGBT pela Verbo Jurídico. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG - Unidade Frutal/MG
Frutal-MG
<http://lattes.cnpq.br/4634335621806991>

Yanny Ferreira da Silveira

Pós-graduanda em Direito Constitucional pela Faculeste. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG - Unidade Frutal/MG
Frutal-MG
<http://lattes.cnpq.br/3756428542083917>

Rodrigo Guilherme Tomaz

Professor universitário e advogado. Professor na graduação em Direito no Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC) e da Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC), Pós-graduado stricto sensu (mestrado) em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Avaliador da Revista Jurídica Direito & Realidade da FUCAMP
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/9480396330681862>

RESUMO: O presente artigo visa o debate sobre a imposição da orientação heterossexual aos indivíduos independentemente da idade, etnia, cor, classe social e gênero, com foco no gênero

feminino, oprimindo a comunidade LGBT+. A classificação heteronormativa torna-se uma forma de corrente que aprisiona os indivíduos e estes se sentem condicionados a obrigatoriedade de cumprir tal papel social, anulando assim a liberdade sexual individual.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade sexual; heteronormatividade; diversidade sexual.

HETERONORMATIZATION: THE COMPULSORY CLASSIFICATION OF INDIVIDUALS IN SOCIETY

ABSTRACT: This article aims at discussing the imposition of heterosexual orientation on individuals regardless of age, ethnicity, color, social class and gender, focusing on the female gender, oppressing the LGBT + community. The heteronormative classification becomes a form of chains that imprisons the individuals and these feel conditioned to the obligation to fulfill such social role, thus annulling the individual sexual freedom.

KEYWORDS: Sexual freedom; heteronormativity; sexual diversity.

1 | INTRODUÇÃO

A conjuntura brasileira, mesmo com todas as transformações auspiciosas dos últimos anos, é repleta de expressivos problemas nas relações de direitos fundamentais em contrapartida aos princípios de liberdade, igualdade e dignidade humana previstos na Constituição Federal brasileira. A garantia à liberdade de orientação sexual acometida por esses princípios constitui

no direito de livre expressão e manifesto da identidade sexual individual com o preceito de um tratamento igualitário, livre de discriminação.

Ao decorrer das reflexões presentes neste artigo, pontuaremos o caminho seguido pelos indivíduos diante da imposição das regras heteronormativa e seus prejuízos causados pela exclusão das demais orientações.

Há pouco se demonstra um grande debate concernente a sexualidade feminina por parte de feministas, lésbicas e mulheres bissexuais por meio de vertentes de interpretação múltipla. É concreto e intenso a aversão e o pânico das mulheres no tange à sexualidade e suas relações com o poder e o sentimento de dor, até mesmo se o discurso se mostra reducionista e com justificativas, afetam-se por tal ideologia e por aquelas instituições que são por ela concebidas, às mulheres.

Em sentido biológico, os homens têm somente uma orientação inerente – a sexual, direcionada para mulheres – e mulheres devem ter dois enquadramentos naturais, a sexual destinada aos homens e a reprodutiva. O caminho da heterossexualidade compulsória, onde o conhecimento lésbico é visto por meio de uma proporcionalidade partindo do desviante ao abominável ou a ser exclusivamente apresentado como invisível, poderia amplamente ilustrado por posições extraídas de fragmentos de textos. Rossi, por exemplo, supõe que as mulheres seriam tendentes de forma natural para homens, e Lessing, diz que a lésbica está meramente manifestando seu amargor defronte aos homens, não seriam, absolutamente, suas com exclusividade. Ressaltando-se que, tais concepções são grandemente reconhecidas e constantes na literatura e nas ciências sociais. Toda teoria ou concepção cultural e política que verse da existência lésbica como uma ocorrência delinquente ou não natural, como espelho de uma relação heterossexual ou homossexual masculina seria, por conseguinte, altamente insensata.

Diante disso, objetivou-se nesse artigo abordar sobre a classificação compulsória dos indivíduos na sociedade no sentido da heteronormatização, para tal, ressalta-se que uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo foi efetuada.

21 A DEFINIÇÃO COMPULSÓRIA DE SEXUALIDADE DOS INDIVÍDUOS E OUTRAS QUESTÕES SOBRE GÊNERO

Em um excepcional estudo, *Sexual Harassment of Working Women: a Case of Sex Discrimination*, Catharine A. MacKinnon determina o cruzamento economia e heterossexualidade compulsória. Desse modo, as mulheres no mercado de trabalho ficam em serviço do sexo algo poderoso em um círculo dependente. No sentido econômico em inferioridade, as mulheres, em qualquer profissão, aguentam serem assediadas sexualmente para se preservar em seus cargos e assim aprendem a se comportar de modo heterossexual condescendente e gentil, pois elas veem que essa é sua real qualificação para trabalhar em qualquer emprego. A autora ainda analisa que a mulher que permanece

de forma decidida contrária às proposições sexuais no trabalho é atribuída de ser “seca”, não sexual ou lésbica. Uma lésbica não assumida, em razão do preconceito heterossexista na sua vida laborativa, não é meramente imposta a contrariar a verdade concernente aos seus vínculos fora desse ambiente ou na sua vida particular. Seu trabalho depende do seu fingimento de ser não somente heterossexual, porém igualmente uma mulher heterossexual em vestimentas, personificando uma função feminina de ser atenciosa, e desse modo de uma mulher real.

Por fim, a autora afirma:

E se a desigualdade é construída no próprio bojo das concepções sociais da sexualidade masculina e feminina, de masculinidade e feminilidade, de sensualidade e de atratividade heterossexual? Os incidentes de assédio sexual sugerem que o próprio desejo sexual masculino pode ser estimulado pela vulnerabilidade feminina [...]. Os homens sentem que eles podem tirar vantagem. Já que eles querem, então eles fazem. O exame do assédio sexual, porque os episódios parecem precisamente lugar comum, força qualquer um a confrontar o fato de que normalmente o intercuro sexual ocorre entre desiguais econômicos (como também físicos) [...] a aparente exigência legal de que as violações da sexualidade das mulheres revelem-se fora do comum, antes que eles sejam punidos, ajuda a prevenir as mulheres de definir as condições normais de seu próprio consentimento. (MCKINNON, 1979, p. 220).

Determinadas maneiras do poder masculino se exteriorizarem são mais incontestavelmente identificadas do que outras, ao acentuar e estimular a heterossexualidade sobre as mulheres. Como, segundo Gough afirma: ao enjeitar a sexualidade das mulheres (mediante clitoridectomia e infibulação, cintos de castidade, punição), ou forçá-las (mediante estupro, inclusivamente o marital), ao gerenciar ou explorar o trabalho delas intentando dominar sua produção (por instituições de casamento e maternidade como produzir gratuitamente, da segregação das mulheres em serviços assalariados, do comando masculino em relação ao aborto, da contracepção), ao comandá-las ou roubá-las de suas crianças (mediante direito paterno e do “sequestro legal”, da esterilização forçada); ao as enclausurar fisicamente e privá-las de sua movimentação (diante do estupro como terrorismo, as excluindo das ruas; da correção dos pés, da utilização de salto alto e de uma codificação de vestuário “feminino” na moda; do assédio sexual nas ruas das deliberações de uma mãe agir permanentemente em casa), utilizá-las como objetos em transações masculinas (mediante uso delas como “brindes”, pela cafetinagem e casamento arranjado), ao circunscrever sua criatividade e imaginação (restringindo da satisfação pessoal feminina somente para o casamento e maternidade), ao retirá-las de áreas de conhecimento e de práticas culturais da sociedade (não educando as mulheres; diante da não existência de lésbicas na história e cultura; da monitoração por sexo como um aspecto para desviá-las do âmbito das ciências, da tecnologia e de outras profissões “masculinas”). (RICH, 1993, p. 08) Reforçou-se assim que o casamento e a orientação sexual tendenciado aos homens são vistos como componentes essenciais de suas existências, mesmo que opressivos e

não satisfatórios.

Assim, se faz extremamente relevante debater sobre gênero.

É permanentemente complicada e polemizada a tentativa de iniciar um debate concernente a identidade de gênero, pois tudo que se relaciona com o individualismo e “optações individuais” é blasonado e tutelado por correntes feministas que focam suas concepções no campo pessoal, em vez de observarem a sociedade patriarcal e os componentes que lhe são sustentáculo ou que são decorrentes dela considerando as classes de pessoas, as predileções e a colocação de poder destas. Aquilo onde te encaixam previamente ao distinguir seu gênero é o lugar onde será inserido como cidadão no futuro.

Garotos e garotas são criados de modo distinto. Desde cedo, garotos são criados com uma imponente liberdade para descobrirem o mundo do qual estão inseridos, para idealizar e para se autodescobrirem. No tempo em que garotas são desde pequenas doutrinadas a se ocultar, calar, a se pôr em seu dito lugar apropriado. Elas aprendem a abandonar o que querem com a justificativa de que não é algo para meninas, a não exibir seus pensamentos porque vão aparentar irritantes. Mulheres igualmente aprendem desde novas, mesmo que diversas vezes involuntariamente e impensadamente, a respeito do privilégio masculino onde garotos podem correr, brincar, e como lhes é permitido efetuar tudo que desejarem.

Apesar de que a socialização masculina e a feminina são impostas a esses cidadãos e ainda que ninguém deles possua voz para exprimir as escolhas de qualquer coisa, não se pode negar o modo como os gêneros foram trabalhados e operam para o escoramento e amparo do sistema de privilégios masculinos e da opressão das mulheres, uma vez que elas são sociabilizadas em um complexo que as subestima, cala, explora, delimita seus espaços, as expropriando de todos os tipos de sabedoria, de autoconhecimento, de direitos, de políticas, e geralmente, de independência e emancipação.

A política de identidade de gênero fere as mulheres pois toda política que tem intuito de amainar a circunstância, que proponha às mulheres que elas deem outro significado para quaisquer violências oficializadas socialmente e sistematizadas que elas suportam de maneira oposta a propositura de que elas se unifiquem para lutar pela autodeterminação e soberania feminina completa e a revogação do sistema que as vexa não está verdadeiramente afligido com as mulheres.

Uma importante análise a respeito do tema pode ser feita pela revista *Jornal das Moças*, onde se personifica modelos de feminilidade, ensina-se como é e como deve ser.

O semanário *Jornal das Moças* era uma publicação carioca da Editora *Jornal das Moças LTDA*, com circulação nacional entre os anos de 1914 e 1965. Era distribuído nas capitais do país e em algumas cidades do interior. À época dos exemplares pesquisados, ano de 1960, saía semanalmente nas bancas. É constituído principalmente por figurinos de moda (com os respectivos moldes no encarte) e riscos de bordados, mas possui também artigos sobre artistas de rádio e cinema, contos, receitas, além de colunas sobre a vida social

das elites cariocas. Inserido na revista está o suplemento “Jornal da Mulher” (escolhido como recorte de análise neste artigo), onde são encontradas as fotos de moda e os moldes para costura. Neste suplemento está também um campo de temáticas que interpela as/os leitoras/es em uma ordem gendrada específica: o “ser mulher”, e não mais uma “moça” (trata-se do Jornal da Mulher dentro do Jornal das Moças), por meio de conselhos e “novidades” a respeito de práticas de embelezamento, moda, e assuntos relativos à maternidade e ao casamento, por exemplo. (PEREIRA, 2015, p. 152).

Assim, observa-se um incessante desejo de adestramento das mulheres, em trajes e comportamentos postos como heterossexuais, veste-se a fala em educativa para que assim se pudesse usar o tom repreensor a tudo que contrariasse o exposto.

É explícito, nas notas difundidas pela revista, a orientação moralizante, no lugar em que a feminilidade é desempenhada em um molde de heterossexualidade compulsória:

A mulher moderna começou a ter parte ativa na vida pública e a luta pelo voto lhe ensinou a organizar-se para obter a abolição de algumas inabilitações restantes. Porém, sua evolução política não tem prejudicado, de forma alguma, os assuntos de especial incumbência da mulher: o cuidado do lar, a maternidade, o bem estar da família, a educação dos filhos. É que elas são, antes de mais nada, mulheres, situação que nenhuma carreira ou profissão consegue sobrepujar. (JORNAL DAS MOÇAS, 1960, p. 24)

Ademais, o Jornal das Moças se põe de modo reiterado como uma revista familiar. As mulheres são exibidas em um subjugamento as suas presumidas qualidades “naturais” sendo o cuidado do lar, do marido e dos filhos. A heterossexualidade compulsória se apresenta como uma conceptualização proficiente para refletir como, nesta revista, vínculos hierárquicos de poder são definidos, mantidos e inteirados se remodelando. Na publicação, o casamento heterossexual surge como regra e desejo, um propósito de vida, e dessa forma, preceituado por meio de regras publicadas e ratificadas. (PEREIRA, 2015, p. 154). Assim, tem-se o exposto:

MANDAMENTOS DA ESPÔSA ITALIANA

I – Ama a teu marido sôbre todas as coisas e a teu próximo o melhor que possas, mas recorda-te que o lar pertence a teu marido e não a teu próximo.

II – Considera a teu marido como a um hóspede de honra, como a um precioso amigo e não como a uma amiga a quem se contam as pequenas mortificações da existência. Se podes passa sem essa amiga.

III – Que a casa esteja em ordem e teu rosto sorridente na hora do teu marido regressar ao lar, mas, se isso não puder acontecer, desculpa-te da melhor maneira.

IV – Não peças coisa alguma supérflua para a casa. Se podes fazê-lo, exige somente alegre, um pouco de espaço livre e tranquilidade para os filhos.

V – Que teus filhos estejam sempre bem arranjados e limpos e que tu, como eles, esteja limpa e arranjada.

VI – Lembra-te que te casaste com ele para acompanhá-lo na boa ou má sorte. Se todo mundo o abandona, deves conservar suas mãos entre as tuas.

VII – Se ainda vive a mãe de teu marido, lembra-te que toda a tua bondade e abnegação serão poucos para aquela que o acalentou em seus braços quando criança.

VIII – Não peças o impossível; se és útil, já és ditosa.

IX – Se sobrevém a desgraça, não desanimes nem te desesperes: a calma voltará. Tem confiança em teu marido, e êle terá coragem pelos dois.

X – Se teu marido se afasta de ti, espera-o. Pois não és apenas sua esposa, és a honra de seu nome. Um dia êle voltará agradecendo-te a indulgência e admirando-te ainda mais. (JORNAL DAS MOÇAS, 1960, p. 23).

A esposa italiana se mostra como domínio de referência para a feminilidade performada. É a mulher branca, europeia que é mostrada como regra do que quer dizer ser uma esposa. Contudo, é uma forma de racialização eurocêntrica colonial, no lugar qual a branquitude caracteriza-se como um norte. A colonialidade se faz indubitável vez que a esposa italiana transforma-se no exemplo ou o parâmetro de feminilidade, se desviando da realidade multiétnica do Brasil. A questão racial evidenciada pela revista é uma maneira de insistir e enfatizar nas hierarquias eurocêtricas de raça e cor. Ainda, a revista faz referência à bíblia e seus 10 Mandamentos, destina a uma diversa esfera de sentidos: uma agregação de leis divinas. Em relação aos valores cristãos, a revista faz uma transformação dos 10 Mandamentos, sobrescrevendo um característico composto de ordens para as mulheres que são esposas. Não são apenas recomendações, porém sim ordens que têm em vista algo divino, de mandamentos, “elaborando a feminilidade matrimonial em uma moralidade patriarcal e no campo de referência judaico-cristão”. (PEREIRA, 2015, p. 155).

O “pensamento hétero” se mostra evidente nos discursos da revista, onde não há questionamento da heterossexualidade como elemento fundante da opressão/construção da feminilidade. As práticas discursivas da revista performam uma imagem da feminilidade relacionada a uma “ideia de natureza que foi estabelecida para nós”, como diz Wittig. Entretanto, essa feminilidade performada constitui uma “relação social específica com um homem”, em que uma série de obrigações estão envolvidas, assim como posições de subalternidade estão implicadas. (PEREIRA, 2015, p. 162).

As deliberações que acima de tudo oprime lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são os que abraçam correto certo que o princípio basilar de toda sociedade é a heterossexualidade. Tais discursos manifestam acerca destes grupos e sobre eles, ainda oprimem conquanto impede de falar a menos que falemos nas condições estabelecidas por eles. Nega-se a viabilidade de criar as próprias categorias, mas a atitude mais agressiva é a inexorável tirania que exercem sobre os seres físicos e mentais de outrem.

Por outras palavras, para nós, isto significa que não podem mais existir mulheres e homens, e que enquanto classes e categorias de pensamento ou linguagem eles têm de desaparecer, política, econômica, ideologicamente. Se nós, lésbicas e homossexuais, continuarmos a falar de nós próprias(os) e a conceber-nos como mulheres e como homens, estamos a ser instrumentais na manutenção da heterossexualidade. Tenho a certeza que uma

transformação econômica e política não irá desdramatizar estas categorias da linguagem. Podemos redimir escrava ou escravo? Podemos redimir *niger, negress* (termos difamatórios para pessoas negras)? Em que medida é “a mulher” diferente? Continuaremos a escrever branco, senhor, homem? A transformação das relações econômicas não será suficiente. Temos de produzir uma transformação política dos conceitos chave, isto é dos conceitos que nos são estratégicos. Porque há uma outra ordem de materialidade, a da linguagem, e a linguagem é trabalhada de dentro por estes conceitos estratégicos. A linguagem é, ao mesmo tempo, intimamente ligada ao campo político, onde tudo o que concerne a linguagem, a ciência e o pensamento se refere à pessoa enquanto subjetividade e à sua relação com a sociedade. E não podemos deixar estas coisas no poder do pensamento hétero ou do pensamento de dominação. (WITTIG, 1992)

O corpo social hétero possui base na necessidade, a quaisquer níveis do que é diferente ou do outro. Não é possível operar economicamente, simbolicamente, linguisticamente ou politicamente sem este julgamento. Tal imprescindibilidade do outrem é a doutrina do ser para todo o agregado de conhecimentos e disciplinas intitulado de pensamento hétero.

A função da diferença é a de camuflar a todos os graus as divergências de interesse, compreendendo os conflitos ideológicos. Lésbicas não são mulheres porque ser mulher é estar introduzida na dominação heterossexista.

Desse modo, o complexo da heterossexualidade compulsória, caso não pensado, se tornará cada vez mais forte e dominador sobre grupos enxergados como minorias, inúteis, sujeitos e desnecessários, alimenta-se, ao concordar com essa ideologia que machuca, a sociedade heterossexista. Deve-se enxergar o outro e como outro dessemelhante respeitá-lo em sua individualidade e liberdade pessoal, impor a própria realidade a outrem é, além de uma afronta íntima, um insulto a direitos e garantias fundamentais.

3 | CONCLUSÃO

Esse conceito de heteronormatização vivenciamos desde a infância, e observa-se que, levando em consideração a pressão social, a maior parte das crianças possuem pais e os familiares mais próximos assumidos como heterossexuais. Assim há a ausência de contato e diálogo a respeito das demais orientações sexuais e o favorecimento do indivíduo se assumir da mesma forma diante da imagem conservadora de um homem (pai) e uma mulher (mãe), ambos heterossexuais, levando ao entendimento que qualquer coisa fora desse contexto é anormal ou não está em acordo com o meio ambiente familiar e social.

Para um considerável número de autores feministas, a concepção de direitos globais de cidadania presumidos no padrão político contemporâneo não faz referência a todos de modo indiscriminado, uma vez que é insuficiente no que tange à incorporação das experiências das mulheres e de diversos grupos não dominantes, sendo por conseguinte, escassa para corresponder as suas imprescindibilidades e interesses. Dessa forma, o

propósito da política de que modo os seus executores se encontrarão estabelecidos nos âmbitos públicos, e o campo privado, no que lhe diz respeito, um dos lugares principais de exploração, perigo, ameaça e opressão das mulheres, seria excluído da política e da legislação, e caracterizado como o âmbito íntimo, da reestruturação e do prosseguimento autônomo da pessoa. Dados do relatório “A armadilha do gênero - Mulheres, violência e pobreza” e esclarecimentos vindos da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram que mais de 70% dos indivíduos que vivem em circunstância de pobreza são mulheres, quem manifestou o relatório foi a Anistia Internacional do Uruguai, no dia 11 de março de 2013, e por este e outros diversos motivos elencados é que se necessita de uma maior representatividade política feminina, uma vez que a crise na própria representatividade de modo geral já é concreta, este grupo discriminado precisa de políticas próprias feitas de mulheres para mulheres.

Necessita-se, ainda, questionar por que determinadas mulheres nunca, nem provisoriamente, cerram ou se desviam de suas relações com outras mulheres, e também do reconhecimento com os homens, com a outorga da fidelidade social, política e intelectual de mulheres com homens — acontecem da mesma forma entre mulheres que se relacionam com outras. Elas compreendem como acolher naturalmente a indispensabilidade desse impulso, pois é recebido como um dogma.

O que deve ter uma investigação secundária é a dualidade de convicções contrárias em que diversas mulheres se descobrem e que nenhuma mulher está despreendida de forma definitiva e integral. A conjectura de que maior parte das mulheres são heterossexuais de forma inerente se põe como um empecilho teórico e político, em parte em razão da existência lésbica e bissexual tem sido erradicada da história ou pautada como uma doença, em parcela pois tem sido vista como algo atípico, para além de ser individual e inerente. Contudo, isso se dá, até mesmo, dado que ao identificar que para inúmeras mulheres a heterossexualidade pode não ser uma “propensão”, porém uma coisa está imposta, gerenciada, organizada, difundida e zelada por força, o que é uma grande decisão se se é considerado livremente heterossexual de forma inerente. Porém, a frustração de estudar a heterossexualidade como uma instituição é o igual a se frustrar admitindo que o sistema econômico ou o sistema do de racismo são preservados por diversos poderes, inclusivamente a violência física e a hipócrita compreensão.

REFERÊNCIAS

BARRY, Kathleen. **Female Sexual Slavery**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1979.

BROWNMILLER, Susan. **Against our Will: Men, Women and Rape**. New York: Simon and Schuster, 1975.

CAVIN, Susan. **“Lesbian Origins”** (Ph.D. diss, Rutgers University, 1978). San Francisco: Ism Press, 1986.

DALY, Mary. **Beyond God the Father**. Boston: Beacon, 1973.

DEMETER, Anna. **Legal Kidnapping**. Boston: Beacon, 1977.

GOUGH, Kathleen. "The Origin of the Family". In: REITER, Rayna (Ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

HOSKEN, Fran P. "The Violence of Power: genital Mutilation of Females". **Heresies: a Feminist Journal of Art and Politics**, n. 6, p. 28-35, 1978

LESSING, Doris. 1962. **The Golden Notebook**. New York: Bantam, 1977.

MACKINNON, Catharine A. **Sexual Harassment of Working Women: a Case of Sex Discrimination**. New Haven: Yale University Press, 1979.

PEREIRA, Caetana de Andrade Martins. Heterossexualidade compulsória: uma análise de modos de subalternização na revista *Jornal das Moças*. **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 5, 2015. ISSN 2318-1729. p. 151-163.

RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence**. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993

SOUZA, Ismael Francisco de; EUGENIO, Jessica Daminelli. Diversidade e liberdade de expressão de orientação sexual: direitos, sociedade e conceitos na atualidade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=10249&n_link=revista_artigos_leitura. Acesso em: 10 maio 2018.

WITTIG, Monique. **La Pensée Straight**. Beacon Press: 1992.

WOOLF, Virginia. **A Room of One's Own**. London: Hogarth, 1929

SOBRE A ORGANIZADORA

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI - Historiadora e professora universitária. Pós-doutorado em Direitos Humanos e Tempo Presente pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em Humanidades - Universidade de León, Espanha. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora sênior da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Fundadora e integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (Portugal), onde foi professora visitante (CAPES, 2019/2020). Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, Associação Nacional de História (Brasil) e da Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD/ Universidade do Algarve, Portugal). CV: <http://lattes.cnpq.br/6538283866214716>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5689-8206>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Androcentrismo 45

Ativismo digital 24, 26

B

Brasil 1, 4, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 34, 45, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 67, 68, 70, 79, 82, 84, 85, 86, 89, 93, 99, 111, 115, 116, 117, 118, 120

C

Candidaturas 26, 27, 28, 30

Ciberfeminismo 24, 26

Cidadania 1, 3, 89, 92, 94, 100, 120

Comportamento 11, 52, 54, 57, 59, 68, 109

Conciliação 41, 49, 62, 66, 68, 69

Constituição cidadã/Constituição Federal 16, 21, 47, 48, 94

Corpos 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79

Covid-19 2, 3, 15, 17, 20, 22, 23, 56

Crianças 2, 5, 18, 21, 38, 69, 70, 90, 96, 100

Cultura 4, 13, 25, 26, 49, 60, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 96

D

Dignidade 4, 5, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Direitos humanos 1, 5, 6, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 84, 85, 88, 90, 93, 120

Diversidade 2, 3, 7, 14, 74, 83, 92, 94, 102

Divisão sexual do trabalho 36, 37, 38, 40, 41, 44, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

E

Economia 4, 44, 52, 53, 68, 95, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 118, 119

Eleições 24, 25, 29, 30, 31, 33, 34

Empreendedoras 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59

Equidade/Igualdade 5, 6, 43, 47, 48, 49, 66, 69, 84, 91, 94, 105, 110

Exportações 110, 111, 112

F

Família 4, 5, 8, 16, 20, 21, 22, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 47, 55, 64, 65, 66, 68, 69, 75, 93, 98

Feminicídio 1, 14

Feminismos 1, 14

Filhos 8, 13, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 98

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 62, 63, 64, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 94, 95, 97, 101, 120

Globalização 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 117

H

Heteronormatividade 73, 78, 94

Histórias/Relatos de vida 52, 55, 57, 59, 80, 102

I

Identidades 2, 24, 26, 71, 72, 76, 77, 88

Inovação/Sistema de inovação 34, 54, 103, 104, 108, 109

Internet 14, 24, 26, 34

Interseccionalidade/Interseccional 2

L

Lei Maria da Penha 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23

LGBTQIA+ / LGBT+ / LGBT / LLGBTQIA+ 2, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94

Liberdade sexual 94

M

Maternidade/Maternidades 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 37, 45, 47, 49, 62, 68, 69, 70, 71, 76, 96, 98

Mulher/Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 120

N

Negócios 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 107, 116

Netnografia 24, 25, 26, 28, 35

P

Partidos políticos 26

Política 6, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 51, 77, 90, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 118

Políticas públicas 1, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 21, 22, 49, 53, 70, 82, 83

Q

Queer 71, 72, 73, 74, 79, 80, 83

R

Redes sociais 24, 25, 27, 28, 30, 31, 34, 56

S

Salários/Remuneração 45, 47, 49, 67, 107

Sexualidade 74, 76, 79, 80, 83, 85, 95, 96

Sistema de justiça 2, 3, 8, 11, 13

Sistema prisional 82, 83, 86, 92

Subjetividades 71, 72, 75

T

Tecnologia 25, 60, 96, 108

Trabalho 3, 17, 26, 30, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 82, 89, 95, 96, 113, 117

Trabalho doméstico 37, 62, 65, 66, 70

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 80, 84, 93, 101

Violências sobrepostas 1, 2, 6, 13, 14

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

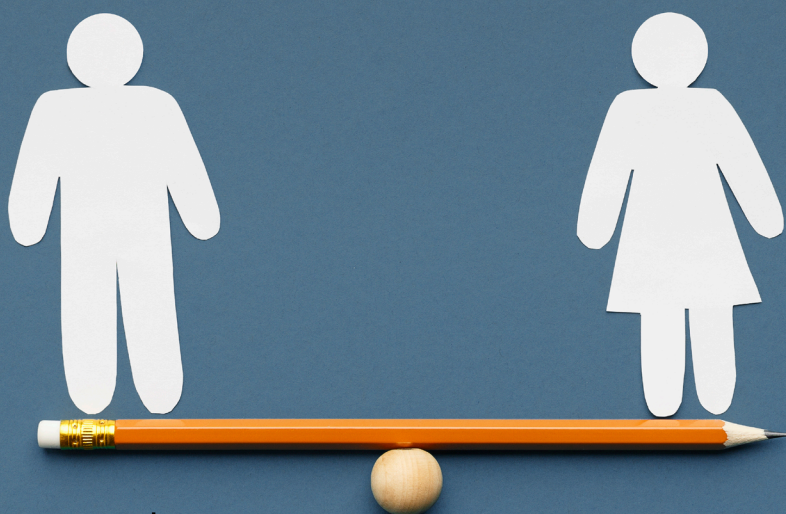
Atena
Editora


Ano 2021

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021